

RELATÓRIO 1º SEMESTRE 2020

PROCURADORIA DA COMARCA DE PORTALEGRE

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora da Comarca

Maria Adelaide Domingues dos Santos

*Portalegre
12 de Julho de 2020*



I-INTRODUÇÃO

O presente relatório traduz a atividade desenvolvida pelo Ministério Público na comarca de Portalegre, durante o primeiro semestre de 2020 e visa permitir uma reflexão e avaliação dessa atividade nas diversas estruturas, estabelecendo parâmetros comparativos com o período homólogo de 2019. Quando não existam dados similares comparáveis sobre o mesmo período serão focados os dados globais do ano de 2019. Está suportado nos dados recolhidos no dia 7 de Julho de 2020, no sistema *Citius*.

II-ESTRUTURA DA COMARCA

O Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre integra:

1 Juízo Central Cível e Criminal (natureza mista), com sede em Portalegre;

1 Juízo do Trabalho com sede em Portalegre;

5 Juízos Locais:

- a) Juízo Local, desdobrado em Juízo Cível e Juízo Criminal, com sede em **Elvas** – Abrange os Municípios de Elvas e de Campo Maior;
- b) Juízo de competência genérica, com sede em **Fronteira** – Abrange os Municípios de Alter do Chão, Avis, Fronteira e Sousel
- c) Juízo de competência genérica, com sede em **Ponte de Sor** – Abrange os Municípios de Gavião e Ponte de Sor
- d) Juízo Local, desdobrado em Juízo Cível e Juízo Criminal Juízo de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em **Portalegre** – Abrange os Municípios de Arronches, Monforte, Crato, Marvão e Portalegre
- e) Juízo de competência genérica, com sede em **Nisa** – Abrange os Municípios de Castelo de Vide e Nisa.

2 Juízos de Proximidade: em Avis e em Castelo de Vide.

III- RECURSOS HUMANOS

FUNCIONÁRIOS

O quadro de funcionários-num total de 18, esteve completo [2 Técnicos de Justiça Principal, 8 Técnicos de Justiça-Adjunto, 8 Técnicos de Justiça Auxiliar], sendo 7 em Portalegre, 5 em Elvas, 3 em Ponte de Sôr, 2 em Fronteira e 1 em Nisa.

O quadro é manifestamente insuficiente face ao aumento do volume processual da Comarca, devendo ser reforçado, no mínimo, com mais 4 funcionários, 1 em Fronteira 1 em Ponte de Sôr e 2 em Elvas.

MAGISTRADOS

No primeiro semestre de 2020 foram 13 os Magistrados do Ministério Público em exercício de funções na Comarca: 1 no Juízo Central Cível e Criminal, 1 no Trabalho e 11 nos Juízos Locais.



O quadro de 11 Magistrados nos Juízos Locais e de competência genérica é manifestamente insuficiente, devendo ser, no mínimo, colocado mais 3 Magistrados, ficando 14, nos Juízos Locais e mantendo-se os 2 Magistrados nos Juízos Central Criminal e Cível e do Trabalho. Efetivamente, sem especialização nas áreas de família e menores, cível e comércio, com 15 concelhos, cada um com uma CPCJ e com o aumento exponencial do volume processual da comarca, onerado com essa falta de especialização e com o trabalho de representação do MP junto da comunidade, tem que se adaptar o Quadro à atual realidade da Comarca.

Esta questão será aprofundada no capítulo Propostas.

Segue Quadro de Magistrados, com proposta de aumento:

COMARCA DE PORTALEGRE	Categorias funcionais		Em efetividade de funções em 30.06.2020	Mínimo Necessário
Elvas	Procuradores-adjuntos(anterior designação)	Juízos locais cível e criminal	4	5 (+1) ↑
Fronteira	Procuradores-adjuntos(anterior designação)	Juízo de competência genérica	1	2 (+1) ↑
Nisa	Procuradores-adjuntos(anterior designação)	Juízo de competência genérica	1	1
Ponte de Sor	Procuradores-adjuntos(anterior designação)	Juízo de competência genérica	2	2
Portalegre	Procuradores-adjuntos(anterior designação)	Juízos locais cível e criminal	3	4 (+1) ↑
	Procuradores da República	Juízos Centrais Cível e Criminal	1	1
	Procuradores da República	Juízo do Trabalho	1	1
	TOTAIS		13	16 (+3) ↑

IV- O SURTO DE PANDEMIA

Não pode deixar de referir-se, ao efetuar uma avaliação da atividade do Ministério Público no 1º Semestre de 2020, o período de pandemia atravessado e as medidas adotadas para a combater e mitigar.

Em 13 de março de 2020 foi decretado o estado de alerta no território nacional (Despacho n.º 3298-B/2020, de 13/3) e, em 18 de março, o Estado de Emergência, sucessivamente renovado até 2 de maio de 2020 (Decretos do P.R. n.º 14-A/2020 de 18/3, n.º 17-A/2020 de 2/4 e n.º 20-A/2020 de 17/4 e respetiva regulamentação governamental pelos Decretos do Conselho de Ministros ns. 2-A/2020 de 20/3, 2-B/2020 de 2/4 e 2-C/2020 de 17/4).



Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30/4 foi declarada a situação de calamidade até ao dia 17 de maio, prorrogada até ao dia 31 de maio pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2020, de 17/5 e até 28 de junho pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020, de 29/5 e 43-B/2020, de 12/6.

Consagraram-se medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença Covid -19 (nomeadamente pelo Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13/4, ratificado e alterado pelas Leis 1-A/2020 de 19/3, 4-A/2020 de 6/4, 5/2020 de 10/4, 14/2020 de 9/5, 16/2020 de 29/5 e Decretos-Leis 12-A/2020 de 6/4, 14 -F/2020 de 13/4, 18/2020 de 23/4, 20/2020 de 1/5 e 22/2020 de 16/5), as quais, de uma forma muito genérica, no que toca aos Tribunais, determinaram a suspensão dos prazos processuais e o adiamento da generalidade das diligências presenciais, reduzindo-se a presença dos Magistrados e técnicos de justiça nos Tribunais, passando os mesmos a tramitar os processos à distância, por VPN e efetuando diligências por recurso à Webex e outras plataformas digitais.

Foi elaborado plano de contingência e, tomadas medidas com vista à proteção de todos os utentes dos Tribunais, procurando diariamente aperfeiçoar-se o estabelecido no documento denominado “Medidas para reduzir o risco de transmissão do vírus nos Tribunais”

Esta alteração condicionou a resposta dos serviços e impediu o cumprimento de alguns objetivos fixados para o corrente ano.

Não obstante, perante esta situação verdadeiramente inesperada, **o Ministério Público, conseguiu, manter nos inquéritos uma taxa de resolução, próxima dos 100%.¹**, o que ainda é mais impressionante porque **aumentou o numero de processos findos , não obstante o exponencial aumento de processos entrados**, sobretudo a partir de meados de Maio e durante todo o mês de Junho.

Comparando os dados do 1.º semestre de 2020 com os dados do 1.º semestre de 2019, no que toca aos inquéritos, o aumento de entrados foi de 78,7% e o de movimentados de 89,8%.

¹ A taxa de resolução processual situou-se no 1º Semestre de 2020 numa média de 98 %, (JANEIRO-79%; FEVEREIRO-113% ;MARÇO-95%;ABRIL-118%;MAIO-100%;JUNHO – 83 %)



V – MOVIMENTO SEMESTRAL DE INQUÉRITOS

1.No ano judicial de 2019 deram entrada 4088 inquéritos na Comarca, o que a acrescer aos transitados do ano anterior implicou um movimento global de 6896 inquéritos. No decurso do 1º semestre de 2019 deram entrada 1997 inquéritos, o que a acrescer aos transitados do ano anterior implicou um movimento global de 4801 inquéritos. Findaram-se 2303, ficando pendentes 2499.

Apenas, no 1º semestre de 2020, foram registados **2537** novos inquéritos nas várias Instâncias Locais da Comarca. Aos inquéritos registados no ano acresceram os 2.813 inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um movimento global de **5350** inquéritos no período em apreço.

O aumento de entrados situa-se em 78,7% e o aumento de movimentados em 89,8 %.

2. Destes, findaram **2416** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos) *mais do que em 2019 -2303-* transitando para o segundo semestre **2932**, resultado que traduz um **aumento global de 119** processos.

O ligeiro aumento da pendência (119) deve-se **ao aumento dos processos entrados**, pelo que, no nosso entender, não deixa de traduzir um resultado positivo.

3.O número de inquéritos entrados relativos a agente **desconhecido** foi de 204, correspondendo apenas a **8%** do n.º total de inquéritos registados. Em 2019 os desconhecidos representaram 45,7 % dos inquéritos entrados, o que torna muito mais difícil gerir o aumento verificado.

4. Foram registadas, para cumprimento, **122** Cartas Precatórias e **2** Cartas Rogatórias.

5. Do universo de 2416 processos findos, **1758** reportam-se a inquéritos arquivados, suspensos provisoriamente (160) e findos por outros motivos (363).

6. Foi deduzida **acusação** em **295** inquéritos, o que corresponde a 12,2% do universo dos processos findos.

7.Das **295 acusações** formuladas, 15 foram com intervenção do **tribunal colectivo** (5%) e **187** com intervenção do **tribunal singular**. Destas, **42**, nos termos do disposto no **artigo 16.º, n.º 3**, do C.P.P. (16,23%).

8. Com requerimento para julgamento em **processo sumaríssimo** foram finalizados **40** processos, (13% das acusações) e **53** acusações (17, 9 %), foram remetidas para julgamento em **processo abreviado**.

9.Foram remetidos para julgamento sob a forma de **processo sumário** **41** autos de notícia; e foram objeto de suspensão provisória em processo sumário **61** – fase preliminar,

10. No decurso do semestre a percentagem de **formas processuais simplificadas** decresceu em relação ao ano transato (média **43%**), tendo ocorrido situações muito diferentes mensalmente, *refletindo o período de pandemia atravessado* (Janeiro- 70%, Fevereiro-47%, Março-24%, Abril – 23 %, Maio-45 %, Junho -48%); tendo ocorrido um decréscimo dos processos sumários e um aumento exponencial dos processos



abreviados (de 15 no ano de 2019 para 53 no 1º semestre de 2020) assim se evitando a proximidade física mas não descurando o uso dos institutos de simplificação.

11.No que respeita a situações de **aplicação de medidas de coação privativas da liberdade** em inquérito, verifica-se um total de **19**, sendo **17** de prisão preventiva e **02** de obrigação de permanência na habitação. É significativa a prevalência da prisão preventiva e são muito diferentes os vários Juízos Locais pois das **19** situações de privação de liberdade, **08** ocorreram em Elvas, **05** em Portalegre, **04** em Fronteira, **02** em Ponte de Sôr e **0** em Nisa.

O nº total de primeiros interrogatórios de arguido detido foi de **58**.

O aumento foi de quase de 50 % em relação ao ano de 2019 em que nos 12 meses do ano, foram aplicadas 21 medidas de coação privativas da liberdade, o que mostra a complexidade crescente da Comarca.

12. Antiguidade na pendência

Ocorreu uma recuperação significativa dos processos antigos –menos 34% do que no 1º semestre de 2019 (460 em 30.06.2020/1357 em 30.06.2019)– e que, se contabilizarmos apenas até ao ano de 2017,contabilizam apenas 4% dos processos pendentes.

Este quadro espelha os resultados e reflete a comparação:

	Anteriores a 2015	2015	2016	2017	2018	Percentagem sobre pendentes de 2017 anteriores	Percentagem sobre pendentes incluindo os de 2018	Pendentes
2019-DADOS A 30.06.	7	36↓↓	97	324	893	20%	57%	2361
2020 –DADOS a 30.06.	0	6	29	96	329	4 % ↓	15,6 % ↓	2932

Também a **percentagem de processos pendentes, com duração superior ao valor de referência tem vindo a descer**, de 34% em Janeiro para 30% em Junho 2020.

Quanto aos processos pendentes há mais de 8 meses, não foi atingido o objetivo proposto para o ano, mas **houve uma recuperação** tendo passado de 48% do total dos pendentes em 30.06.2019 para 41%.em 30.06.2020.

Em todos os fenómenos criminais o objetivo fixado para 2020 foi o de encerramento num período inferior a oito meses ou que os processos os processos pendentes para além deste período não ultrapassem 25% dos pendentes, que é um objetivo anual, não alcançado, sendo prematura a sua análise, não obstante os excelentes resultados no que toca à antiguidade dos processos.



13. Segue quadro análise comparativo dos vários Juízos Locais (“Diap”) :

	ENTRADOS1º semestre 2020		DIFERENÇA 1º semestre de 2019	FINDOS 1º semestre 2020	PENDENTES 30.06.2020
Diap/Portalegre	657		+ 166 ↑	615	830
Diap/Elvas	1080		+ 247 ↑	844	1095
Diap/Ponte de Sor	387		+108 ↑	531	435
Diap/Fronteira	311		+39 ↑	349	431
Diap/Nisa	103		-19 ↓	77	142
TOTAL	2537		+541 ↑	2416	2932

14.Complexidades/Fenómenos Criminais da Comarca

- Importa aqui referir que a Complexidade DO –Desconhecidos genéricos – traduz apenas 8% dos processos entrados.

- Quanto à **violência de género**:

Logo em Janeiro, se procurou ter em conta a Diretiva 5/2019 de 15.11.2019 da Exma. Procuradora Geral da República, e, com as contingências da comarca (os Juízos Locais de Nisa e Fronteira têm apenas um magistrado), determinou-se a afetação a um único magistrado nos Juízos Locais de Elvas, Portalegre e Ponte de Sôr dos processos a distribuir pela prática dos crimes de Violência doméstica, Maus Tratos; e Contra a liberdade e autodeterminação sexual. Esses processos têm tido efetiva direção pelo Magistrado do Ministério Público e resposta rápida na promoção das medidas de coação tidas por adequadas, com vista à proteção da vítima.

No primeiro semestre de 2019 deram entrada 112 inquéritos de Violência Doméstica. No 1º semestre de 2020 deram entrada 208 inquéritos, sendo movimentados **472**, dos quais findaram 238, estando pendentes 234. **O aumento é de 53,8 %.**

Dos findos foram acusados **38** (5 em Tribunal Colectivo e 6 com aplicação do artigo 16º nº3 do CPP); Arquivados **165**; Findos por outros motivos **35** encontrando-se **26** suspensos em 30.06.2020.

Em **11** processos foi aplicada a medida de coação de prisão preventiva encontrando-se algumas das notícias plasmadas no site da Comarca <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/actividade>.; Em **15** processos nos quais ocorreu interrogatório judicial de arguido detido **11** corresponderam a iniciativa do Ministério Público que emitiu mandados de detenção fora de flagrante delito. Nestes processos que conduziram a interrogatório em **7** estavam presentes crianças, situação que está a ser monitorizada.



Não obstante o período anómalo de pandemia vivido este semestre os senhores Magistrados ainda reuniram com as CPCJ por 4 vezes, estando sempre disponíveis e contactáveis. Ocorreram também duas reuniões com a APAV, a primeira em Fevereiro e a segunda, via Web, em 04.06.2020 nomeadamente com a Diretora do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) do Alto Alentejo em que participaram a Coordenadora da Comarca e os Magistrados afetos à Violência doméstica.

- Quanto ao **fenómeno *burlas mbway* e a sua expressão na Comarca**.
No ano de 2019 deram entrada 13 inquéritos sob a complexidade “QO”.
No 1º semestre de 2020 deram entrada **472** inquéritos. De 1 a 10 de Julho de 2020 já deram entrada 95 inquéritos, logo estamos com **567 entrados**.
No seguimento da Instrução n.º 1/20, emitida a 27/05/2020 pela PGR, e do preenchimento do formulário anexo à referida Instrução e face ao trabalho de coordenação efetuado pelo DCIAP com o envio regular e atualizado de tabelas em Excel cruzando informação sobre este fenómeno, os processos começaram a entrar às centenas oriundos de todo o país e de todos os OPC.
Não obstante, a Comarca de Portalegre prestou toda a informação ao DCIAP, cumprindo a Instrução da Exma. PGR, quer relativamente aos processos entrados quer aos pendentes não obstante o enorme esforço que tal significou e, não obstante, as contingências da comarca (os Juízos Locais de Nisa e Fronteira têm apenas um magistrado), determinou a afetação a um único magistrado nos Juízos Locais de Elvas, Portalegre e Ponte de Sôr dos processos a distribuir pela prática dos crimes de Burla Mbway.
A complexidade do fenómeno que exige uma resposta que passa pela análise global dos processos e pela difícil deteção das conexões, não é compatível com o enorme volume de trabalho a cargo dos senhores Magistrados alguns com mais de 500 inquéritos a cargo, um volume de entradas elevado, fora todo o trabalho inerente aos Juízos de Competência Genérica.
- Não com a mesma expressão, mas merecendo referência, foram movimentados **120 processos de tráfico** de estupefaciente na Comarca no 1º semestre de 2020, alguns com alguma complexidade, em 3 dos quais existem arguidos com medida de coação privativa da liberdade aplicada,

15. Instrução criminal

Foram requeridas **13** instruções, sendo **07** pelo arguido e **06** pelo assistente; findaram 5, encontrando-se pendentes 21.

16. Intervenções hierárquicas e conflitos de competência



A Coordenação apreciou **84** processos, sendo **05** pedidos de intervenção hierárquica, o que demonstra que as decisões do Ministério Público têm sido bem acolhidas na comunidade.

Houve **40** intervenções em conflitos de competência, no qual ocorreu concordância em 36. Note-se que está dispensada a concordância para transmissão entre as Procuradorias da Comarca senão esse número ascenderia a centenas de processos.

17. Processos administrativos

Em 31.12.2019 tinham ficado pendentes **312** processos administrativos, foram instaurados **226** processos administrativos, o que acrescendo aos vindos do ano anterior implicou um movimento global de **538**, foram findos **210**.

Ficaram pendentes para o período seguinte **327**.

VI - MOVIMENTO SEMESTRAL – AREA CRIMINAL

18. Ao contrário do que aconteceu na Investigação criminal, o nº de diligências foi seriamente afetada pela período de pandemia vivido, decrescendo significativamente o nº de diligências realizadas

Foram julgados **180 processos** nos Juízos Locais, **157** dos quais resultaram em condenação e **23** em absolvição, situando-se as absolvições em 12,7%

No decurso do semestre, foram proferidos **19** acórdãos no Juízo Central Criminal, **15** destes condenatórios e **04** absolutórios.

Os quadros que seguem, fornecem os dados síntese mais relevantes:

Secção Local Criminal (Singular e P. Especiais)				
	Pendentes a 31.12.2019	Entrados	Findos	Pendentes a 30.06.2020
Elvas	334	126	77	383
Portalegre	28	41	34	35
Ponte de Sor	65	49	50	64
Fronteira	17	13	6	24
Nisa	11	15	13	13
Totais	455	244	180	519

Secção Central-Processos em Tribunal Coletivo				
	Pendentes a 31.12.2019	Entrados	Findos	Pendentes a 30.06.2020
Portalegre				
Totais	34	21	19	36



19. Mais do que a análise “seca” do n.º de processos pendentes ou findos, é muito importante salientar a complexidade cada vez maior dos Julgamentos Criminais.

Efetivamente, conforme dados oficiais, os julgamentos efetuados implicaram a presença em **492 Audiências** por parte do Ministério Público (*critério contagem de atas de audiência*); por outro lado, o Ministério Público junto dos Juízos Locais Criminais teve “**Vista**” em 2778 processos, e na Central Criminal em 430 , num total de **3208 Vistas** sendo o nº de Notificações ao Ministério Público dos Juízos Locais Criminais de 5584 a que acrescem 414 na Central Criminal, num total de **5998 Notificações** .

20. No período em referência o Ministério Público interpôs **1** recurso e apresentou resposta em **51**.

21. Foram introduzidos em juízo pelo Ministério Público **14 recursos de decisões** de autoridades administrativas proferidas em processo de contraordenação e findaram **18**

22. Deram entrada **19** processos de **internamento** compulsivo.

23. O Magistrado do Ministério Público afeto ao Juízo Central Cível e Criminal de Portalegre proferiu **506** despachos este Semestre, além do significativo nº de audiências em que esteve presente-**115**-, tarefa árdua, apenas possível face à sua enorme experiência e empenho.

VII- ÁREA CÍVEL E FAMÍLIA E MENORES

24. O atendimento no Ministério Público esteve condicionado pelo período de pandemia que atravessamos.

Não obstante, de forma documentada encontram-se assinaladas **108** atendimentos ao público na Comarca salientando-se **57** na Área Laboral e **51** na Família e Menores.

25. Foram instauradas **14** Ações de Acompanhamento de Maior pelo Ministério Público.

26. Deram entrada **33** processos de insolvência, ficando pendentes **10**.

27. Deram entrada **37** procedimentos previstos no Dec. Lei 272/2001.

28. Foram proferidos **27** pareceres na regulação do exercício das responsabilidades parentais

29. Na jurisdição de família e menores foram movimentadas **375** ações tutelares e cíveis, **227** instauradas pelo Ministério Público, a maioria relativa ao exercício das ações parentais. Foram findas **165**, ficando pendentes **12**.

30. Foram movimentadas **15** averiguações oficiosas de paternidade, ficando pendentes **12**

31. Deram entrada **83** inquéritos tutelares educativos no 1º semestre de 2020, o que se traduz num aumento substancial (*Em todo o ano de 2018 deram entrada 82 e no ano de 2019 deram entrada 119*). Foram findos **67** e transitam **107** para o segundo semestre.



32. Foram instaurados **37** processos de promoção e proteção, sendo **37** a requerimento do Ministério Público.

33. Por outro lado, o Ministério Público na área Cível teve presença em Elvas e Portalegre, que têm Juízo Local Cível com dois Juízes, em 96 e 94 Audiências respetivamente, não obstante o período de pandemia.

34. Nestes Juízos o Ministério Público teve “**Vista**” em 476 e 462 processos, sendo o nº de Notificações de 1024 e 844 respetivamente. (Nos demais Juízos de competência genérica os números são os especificados no ponto 19.)

VIII- ÁREA LABORAL

Foram propostas **03** ações laborais pelo Ministério Público.

Deram entrada **72** processos de acidente de trabalho, **04** dos quais mortais. Foram findos **29**, ficando pendentes para o segundo semestre **43**.

o Ministério Público esteve presente em **50** audiências, teve vista em **35** processos, sendo o nº de notificações de **392**.

O Magistrado do Ministério Público afeto ao Tribunal de Trabalho proferiu **449** despachos este Semestre.

IX -ANÁLISE DO TOTAL DE DESPACHOS DOS JUÍZOS LOCAIS

NOS JUÍZOS LOCAIS DE COMPETÊNCIA GENÉRICA DA COMARCA DE PORTALEGRE DE 01.01.2020 A 30.06.2020 **FORAM PROFERIDOS 14.084 DESPACHOS**, ASSIM DISCRIMINADOS:

ELVAS – 4739 – 4 MAGISTRADOS

PORTALEGRE -4188 -3MAGISTRADOS

PONTE DE SÔR -2962 2 MAGISTRADOS

FRONTEIRA- 1484 1 MAGISTRADO

NISA -711

X- PROPOSTA

- **1-CRIAÇÃO DE UM DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL NA COMARCA –DIAP**



Não se entende porque razão a Comarca de Portalegre não tem um DIAP.

Se no anterior Estatuto, no art.º 71, n.ºs 1 e 2, o critério para criação de DIAP era o elevado volume processual, ou seja, o registo de entradas superior a 5000 inquéritos; No art.º 115.º do ROFTJ conjugado com o art.º 85.º do Novo EMP, o critério é o de que o volume processual o justifique.

Quer pelo volume processual quer pela complexidade, quer na base do anterior estatuto quer no atual a comarca exige a criação de um de Departamento de Investigação e Ação Penal- DIAP

1.1. Critério numérico:

No 1º semestre de 2020, foram registados 2537 novos inquéritos nas várias Instâncias Locais da Comarca. Aos inquéritos registados no ano acresceram os 2.813 inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um **movimento global de 5350** inquéritos no período em apreço.

Comparando com o 1º semestre de 2019 (*em que deram entrada 1997 inquéritos, o que a acrescer aos transitados do ano anterior implicou um movimento global de 4801 inquéritos*), **o aumento de entrados situa-se em 78,7% e o aumento de movimentados em 89,8 %.**

Os quadros de Magistrados têm que refletir a nova realidade da Comarca. Assim em termos numéricos justifica-se a criação de um DIAP

1.2. Quanto ao volume processual e complexidade:

No 1º semestre de 2020, o número de inquéritos entrados relativos a agente desconhecido foi de 204, correspondendo apenas a **8%** do n.º total de inquéritos registados (*No ano judicial de 2019 os desconhecidos representaram 45,7 % dos inquéritos entrados*), o que torna muito mais difícil gerir o aumento verificado);

No 1º semestre de 2020, o número de inquéritos entrados relativos ao **fenómeno de violência doméstica**, situou-se em 208, tendo sido movimentados na Comarca 472 processos de Violência Doméstica. **O aumento é de 53,8 % em relação ao ano anterior.**

No 1º semestre de 2020, o número de inquéritos entrados relativos ao fenómeno **burla Mbwat**, situou-se em 472, se contabilizarmos já o período de 1 a 10 de Julho de 2020 , o nº de entrados é de **567**.(em 2019-13 processos).



São processos em que a recolha de grande parte, dos elementos probatórios iniciais está diretamente a cargo do Magistrado do Ministério Público, que se encontra assoberbado com o demais serviço inerente à competência genérica;

Esta Comarca, de competência genérica, **não tem capacidade de resposta para o fenómeno MbWay** - *sendo centenas os que ainda restam entrar na Comarca orinos de todo o país, como resulta da análise que vem sendo efectuada dos mapas enviados pelo DCIAP e OPC'S* - ou não o tem com o quadro atual.

No 1º semestre de 2020, foram movimentados 120 processos de tráfico de estupefaciente na Comarca;

O nº total de primeiros interrogatórios de arguido detido foi de 58, em 19 com aplicação de medidas de coação privativas da liberdade em inquérito- **Aumento de 50 % em relação ao ano de 2019**, o que mostra a complexidade crescente da Comarca.

Seja pelo critério numérico seja da complexidade impõe-se a criação de 1 DIAP.

2-CRIAÇÃO DE UM JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES

A Comarca de Portalegre não tem Juízo de Família e Menores. Acreditando-se firmemente nas vantagens da especialização, e consciente das distâncias geográficas entre os diversos núcleos e a falta de transportes públicos, entendemos que, no mínimo, **impõe-se a criação de um Juízo de Família e Menores sediado em Portalegre com competência para Portalegre e Elvas**, com deslocação a Elvas para realização das diligências.

De fato, e de forma muito abreviada os números assim o exigem. Em 2019, foram proferidos **85** pareceres na regulação do exercício das responsabilidades parentais; foram movimentadas **521** ações tutelares e cíveis, 178 instauradas pelo Ministério Público, a maioria relativa ao exercício das ações parentais; Foram movimentadas **23** averiguações oficiosas de paternidade e **192** inquéritos tutelares educativos; Foram instaurados **62** processos de promoção e proteção, sendo **54** a requerimento do Ministério Público.

Não obstante, as especificidades do 1º semestre de 2020, foram movimentadas **375** ações tutelares e cíveis, **227** instauradas pelo Ministério Público, a maioria relativa ao exercício das ações parentais; Foram movimentadas **15** averiguações oficiosas de paternidade; Deram entrada **83** inquéritos tutelares educativos;



Foram instaurados 37 processos de promoção a requerimento do Ministério Público.

Também nesta área o volume processual aumentou significativamente.

Não obstante, as especificidades do 1º semestre de 2020, só em Elvas e Portalegre, na área dos menores ocorreram 190 audiências associadas a Família e Menores. Estes números justificam a criação de Juízo Especializado.

3- AUMENTO DE QUADRO DE MAGISTRADOS

Estes números, a acumular com o volume processual de inquéritos e crescente aumento da sua complexidade, diligências nos Juízos Locais – que totalizaram 2723 Audiências em 2019 e 684 no 1º semestre de 2020 - exigem o repensar urgente da Comarca.

Não sendo possível a especialização, é necessário adaptar os quadros da Comarca à nova realidade da mesma e **colocar mais 3 Magistrados nos Juízos Locais da Comarca:**

1 em Elvas

1 em Fronteira

1 em Portalegre

assumindo que o Quadro de 11 é manifestamente insuficiente, ficando assim, 14 nos Juízos Locais e mantendo-se os 2 Magistrados nos Juízos Central Criminal e Cível e do Trabalho.

Fronteira

O Juízo Local de Fronteira exige a colocação urgente de mais 1 Magistrado do Ministério Público.

O quadro de 1 Magistrado é manifestamente insuficiente num juízo de competência genérica que teve um movimento de 781 inquéritos no primeiro semestre, sendo 311 os entrados e 470 os vindos do ano anterior, situações muito graves na área da violência doméstica e muito onerado com a entrada de processos de burlas *mbway* oriundas de todo o País, inúmeras diligências (77 audiências este semestre), 500 vistas, representação em 2 CPCJ, diligências no âmbito dos menores e do cível além das funções no Juízo Local e representação ainda no Juízo de Proximidade de Avis.

Elvas

O Juízo Local de **Elvas**, exige a colocação urgente de mais 1 Magistrado do Ministério Público a afetar aos inquéritos.

O volume processual de **Elvas** exige especialização. Efetivamente, é necessário um Magistrado afeto exclusivamente ao Juízo Local Criminal, (*Elvas concentra*



73,9 dos processos para julgar nos vários Juízos Locais da Comarca), um magistrado afeto exclusivamente ao Juízo Local Cível, com 1017 processos pendentes e um enorme volume de serviço na área de Família e Menores. Acresce, quanto a Elvas, que a partir de Setembro estarão 4 Magistrados Judiciais a recuperar pendências 2 nos Juízos Locais Cíveis e 2 no Juízo Local Criminal, tornando ainda mais incompatível a afetação de qualquer outro serviço aos Magistrados.

No quadro existente restam assim 2 magistrados para os inquéritos criminais, onde foram movimentados no primeiro semestre 1940, que dividem esta enorme carga processual, um com todos os inquéritos de violência doméstica, outro com todos os inquéritos das burlas Mbway, (além de todos os outros inquéritos), com entradas elevadíssimas e o maior nº de interrogatórios judiciais da Comarca.

Portalegre

Pelas mesmas razões de Elvas o Quadro de Portalegre, deve ser reforçado com **mais 1 Magistrado** face ao acréscimo do nº de inquéritos (aumento de 548 para 832) , sendo tal como Elvas, Secção desdobrada em matéria cível e criminal, sendo que na área cível são 1008 os processos pendentes e inúmeras as diligências na área de menores, que um magistrado assegura com muito esforço acumulando com a violência doméstica da comarca (e outros inquéritos), tal como outro magistrado acumula as burlas Mbway da comarca /mais de uma centena) e outros crimes com o Juízo Local Criminal.

No Juízo Local de Portalegre, deve ser ponderada a colocação de mais 1 Magistrado do Ministério Público a afetar aos inquéritos, libertando o Magistrado que se encontra muito assoberbado com o Cível/Menores.

Ponte de Sôr

Ponte de Sor, de competência genérica, com 2 magistrados, teve um movimento de 966 inquéritos primeiro semestre de 966 inquéritos, sendo 387 os entrados e 579 os vindos do ano anterior, detendo um magistrado a titularidade de todos os inquéritos de violência doméstica e outro com os inquéritos de burlas Mbway. Acresce a este volume de inquéritos o nº de presenças em audiência (155) e o nº de vistas que foi de 890. Não obstante ser um Juízo muito difícil, porque os Senhores Magistrados têm conseguido controlar a pendência e ciente da gravíssima situação de carência de quadros do Ministério Público e das situações mais complexas de Fronteira e Elvas, nada a referir devendo ser equacionado o aumento de Quadro em posteriores movimentos, e com o alerta de que qualquer falta tem que ser necessariamente suprida por Magistrado do Quadro Complementar sob pena de rutura.

Nisa



Único Juízo com um quadro adequado-1 Magistrado (com atribuição de lote de inquéritos de Fronteira para tramitar desde Janeiro)

4- AUMENTO DE QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

O quadro de funcionários-num total de 18, esteve completo [2 Técnicos de Justiça Principal, 8 Técnicos de Justiça-Adjunto, 8 Técnicos de Justiça Auxiliar], sendo 7 em Portalegre, 5 em Elvas, 3 em Ponte de Sôr, 2 em Fronteira e 1 em Nisa. Contudo, é manifestamente insuficiente face ao aumento do volume processual da Comarca, devendo ser reforçado, no mínimo, com **mais 4 funcionários**, 1 em Fronteira 1 em Ponte de Sôr e 2 em Elvas.

XI -CONCLUSÕES

- Nesta comarca não foi criado Departamento de Investigação e Ação Penal. Não existe especialização nas áreas de família e menores, cível e comércio. Abrange 15 concelhos, cada um com uma CPCJ. Para além da interlocução com cada uma destas CPCJ, do acompanhamento e visitas a 6 casas de acolhimento de crianças e jovens, os magistrados colocados nos Juízos Locais têm ainda de assegurar a sua presença em reuniões dos 15 Conselhos Municipais de Segurança sempre que convocados. Há 2 Magistrados dos Juízos Locais (Fronteira e Nisa) que têm ainda diligências nos Juízos de proximidade.
- Esta Comarca exige pela sua expressão numérica, complexidade e volume processual **a criação de um DIAP**.
- Esta Comarca exige, pela sua expressão numérica, complexidade e volume processual **a criação de um Juízo de Família e Menores** sediado em Portalegre com competência para Portalegre e Elvas, com deslocação a Elvas para realização das diligências.
- Esta Comarca, de competência genérica, não tem capacidade de resposta para o fenómeno MbWay ou não o tem com o quadro atual.
- Esta Comarca, de competência genérica, teve um aumento de 53,8% de processos entrados, relativos a violência doméstica.
- Não sendo possível, avançar, com a especialização que, insiste-se, urge efetuar, é preciso repensar os quadros face ao aumento de 78,75% de inquéritos entrados e de 89, 80 % o de movimentados.



- No mínimo, é necessário o **reforço do quadro com 3 Magistrados** (mais 2 do que o quadro legal desatualizado face a realidade) a afetar, com muita urgência, 1 Magistrado a Elvas, 1 a Fronteira e 1 a Portalegre, *sendo certo que qualquer ausência ao serviço tem de ser suprida por Magistrado de quadro complementar.*
- Não pode deixar de referir-se, ao efetuar uma avaliação da atividade do Ministério Público no 1º Semestre de 2020, o período de pandemia atravessado e as medidas adotadas para a combater e mitigar.
- Não obstante, perante esta situação verdadeiramente inesperada, **o Ministério Público, conseguiu, manter nos inquéritos uma taxa de resolução, próxima dos 100%,** [JANEIRO-79%; FEVEREIRO-113%; MARÇO-95%; ABRIL-118%; MAIO-100%; JUNHO – 83 %], o que ainda é mais impressionante porque **aumentou o numero de processos findos, não obstante o exponencial aumento de processos entrados**, sobretudo a partir de meados de Maio e durante todo o mês de Junho.
- **Ocorreu uma recuperação significativa dos processos antigos** –menos 34% do que no 1º semestre de 2019-e que, contabilizando o ano de 2018 constituem agora, 15,6% do total de processos pendentes e contabilizando apenas os processos pendentes de 2017 e anteriores, representam 4% do total de processos pendentes.
- O aumento de entrados e o aumento significativo de diligências marcadas a partir de setembro, representam um aumento muito crítico para a Comarca.
- Faço questão de deixar aqui, como o tenho feito mensalmente ao analisar a atividade da Comarca, **o meu mais profundo e reconhecido apreço pelo elevadíssimo empenho por parte de todos os senhores Magistrados da Comarca de Portalegre**, neste período anómalo, pela sua capacidade de adaptação ao trabalho à distancia e por aproveitarem este período para recuperarem pendências, ao contrário de todas as expetativas, nos processos mais complexos e antigos da Comarca correspondendo a todas as solicitações da hierarquia nesse sentido.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
DA COMARCA DE PORTALEGRE

| COORDENAÇÃO

Seguem em anexo, 5 documentos retirados do *Citius* e os Mapas Oficiais do
Ministério Público

Portalegre, 12 de Julho de 2020

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora da Comarca

Maria Adelaide Santos